

**“TE CUIDA”: A DOMINAÇÃO GESTIONÁRIA DO GOVERNO EDUARDO LEITE
FRENTE À PANDEMIA NO RS**

***“CUÍDESE”: LA DOMINACIÓN GERENCIAL DEL GOBIERNO DE EDUARDO
LEITE FRENTE A LA PANDEMIA EN RS***

***“TAKE CARE”: THE MANAGERIAL DOMINATION OF EDUARDO LEITE’S
GOVERNMENT IN FACE OF THE PANDEMIC IN RS***



Pedro Schlee SOLER¹
e-mail: pschleesoler@gmail.com



Elaine da Silveira LEITE²
e-mail: elaineleite10@gmail.com

Como referenciar este artigo:

SOLER, P. S.; LEITE, E. S. “Te cuida”: A dominação gestonária do governo Eduardo Leite frente à pandemia no RS. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 28, n. 00, e023025, 2023. e-ISSN: 1982-4718. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.v28i00.17519>



| Submetido em: 28/11/2022
| Revisões requeridas em: 04/03/2023
| Aprovado em: 13/09/2023
| Publicado em: 30/12/2023

Editora: Profa. Dra. Maria Chaves Jardim
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas – RS – Brasil. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). Cientista Social (UFPel) e Mestre em Sociologia (UFPel).

² Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas – RS – Brasil. Doutora em Sociologia (UFSCar). Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Sociologia e Política.

RESUMO: O presente artigo visa a refletir sobre a atuação do estado do Rio Grande do Sul em face da pandemia de COVID-19. Como particularidade metodológica e analítica, buscou-se compreender a reprodução da lógica neoliberal por parte do governo do RS, através da análise temática das *lives* de combate à pandemia da Covid-19, protagonizadas pelo então Governador Eduardo Leite. Por tratar-se de um período de crise sanitária, o Estado esteve à frente de uma conjuntura de tensão político-econômica – momentos críticos (cf. BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999) –, revelando, portanto, a gramática moral (BOLTANSKI; THEVÉNOT, 1999) que norteou a gestão do governador na pandemia, apontando a incorporação de princípios que buscaram enfatizar a eficiência (sem desperdício orçamentário para a saúde), o foco na manutenção das atividades econômicas (política das bandeiras), que caracterizam mecanismos de “dominação gestonária” (BOLTANSKI, 2013), marcada pela tentativa de despolarizar a pandemia e moldada por valores individualizantes e empresariais.

PALAVRAS-CHAVE: Governo do RS. Pandemia. Covid-19. Dominação gestonária. Neoliberalismo. Capital simbólico.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las acciones del estado de Rio Grande do Sul frente a la pandemia del COVID-19. Como particularidad metodológica y analítica, buscamos comprender la reproducción de la lógica neoliberal por parte del gobierno de Rio Grande do Sul, a través de un análisis temático de las acciones de combate a la pandemia de Covid-19, lideradas por el entonces gobernador Eduardo Leite. Por tratarse de un período de crisis sanitaria, el Estado estaba al frente de una situación de tensión política y económica - momentos críticos (cf. BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999) - revelando así la gramática moral (BOLTANSKI; THEVÉNOT, 1999) que guió la gestión de la pandemia por parte del gobernador, señalando la incorporación de principios que buscaban enfatizar la eficiencia (sin despilfarrar el presupuesto sanitario), el enfoque en el mantenimiento de las actividades económicas (política de banderas), que caracterizan mecanismos de "dominación gerencial" (BOLTANSKI, 2013), marcados por el intento de despolarizar la pandemia y moldeados por valores individualizantes y empresariales.

PALABRAS CLAVE: Gobierno de RS. Pandemia. Covid-19. Dominación empresarial. Neoliberalismo. Capital simbólico.

ABSTRACT: This paper aims to reflect on the performance of the State of Rio Grande do Sul (RS) during COVID-19 pandemic. As a methodological and analytical particularity, it pursued to understand the reproduction of neoliberal logic by the government of RS, by analyzing the livestreams, carried out by the Governor Eduardo Leite. As it was a period of health crisis, the State was at the forefront of a conjuncture of political-economic tension – critical moments (cf. BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999) –, thus revealing moral grammars (BOLTANSKI; THEVÉNOT, 1999) that guided the governor’s management during the pandemic, pointing to the incorporation of principles that sought to emphasize efficiency (no budget waste for health), the focus on maintaining economic activities (flags policy), which characterize mechanisms of “managerial domination” (BOLTANSKI, 2013), marked by the attempt to depoliticize the pandemic and shaped by individualizing and business values.

KEYWORDS: RS government. Pandemic. Covid-19. Managerial domination. Neoliberalism. Symbolic capital.

Introdução

O presente artigo³ visa a refletir sobre o papel do Estado⁴ em face da pandemia de COVID-19. Como particularidade metodológica e analítica, busca-se compreender a reprodução da lógica neoliberal por parte do governo do estado do Rio Grande do Sul (RS) através de uma análise temática das *lives* de combate à pandemia da Covid-19, protagonizadas pelo então Governador Eduardo Leite – EL⁵⁶ (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), referente aos anos desde 2020 até o fim do primeiro trimestre de 2021. Por tratar-se de um período de crise sanitária, o Estado esteve à frente de uma conjuntura de tensão político-econômica, considerada como momento crítico (MC)⁷ (cf. BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999), permitindo um vasto material para observação e análise da natureza das narrativas e políticas do governo do RS.

Vale relembrar que a pandemia do coronavírus originada em 2019 evocou debates sobre os limites do neoliberalismo ao questionar, em especial, a capacidade do sistema de saúde (público e privado) e de seguridade social do país, fortalecendo a polêmica discussão entre saúde e economia, principalmente referente às medidas preventivas e de combate que marcaram o Brasil durante a pandemia de COVID-19.

Desse modo, o neoliberalismo tem sido compreendido de diferentes formas, seja de inspiração marxista (ANDERSON, 1995) ou por uma abordagem que tem como ponto de

³ Este artigo é resultado da dissertação “Colapso Iminente: Uma análise da reprodução da racionalidade neoliberal no governo do RS frente à Covid-19”, efetuada no PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPEL – Universidade Federal de Pelotas, sob orientação da Professora Elaine da Silveira Leite (Bolsista Produtividade CNPq), defendida em 24/03/2022 com apoio da bolsa Capes.

⁴ Salientamos que a distinção entre as palavras “Estado” e “estado” se referem a distinção conceitual das mesmas. Quando nos referirmos ao Estado, estamos tratando no sentido da categoria histórica organizacional das sociedades, a qual nos debruçamos sobre o conceito de Bourdieu (2014) como explicitado nas páginas 4 e 5 deste artigo. Quando utilizarmos estado, estaremos tratando de unidades federativas, as quais, majoritariamente ao longo deste trabalho, serão referentes ao estado do Rio Grande do Sul.

⁵ Eduardo Leite nasceu em 1985 na cidade de Pelotas, interior do Rio Grande do Sul. Começou sua carreira política muito jovem, em 2001, filiando-se ao PSDB, partido que é filiado até o momento (2023). Leite considera-se um liberal desde sua entrada na política institucional (FOLHA, 2020). O atual governador do RS foi vereador da cidade de Pelotas, deputado estadual do RS (mandato interrompido para assumir a prefeitura de Pelotas), prefeito de Pelotas e atualmente é o governador do estado. Leite sempre teve sua carreira política relacionada à jovialidade.

⁶ No decorrer do artigo utilizaremos EL como referência a Eduardo Leite.

⁷ “momentos críticos (*moments critiques*), que faz referência, ao mesmo tempo, à atividade crítica das pessoas e à raridade de um momento de crise” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999). Segundo os autores referenciados, estes momentos de crise, são momentos de ruptura, de percepção do mal funcionamento de situações, conjunturas políticas e sociais. Nesta conjuntura, os problemas sociais se tornam ainda mais aparentes, de tal forma que, os indivíduos não conseguem mais viver com sua presença, e/ou superá-los, fazendo com que os sujeitos externalizem sua frustração de diversas maneiras. Isto pois, a partir do momento em que problemas sociais podem ser percebidos por parte da sociedade, torna-se claro o mau funcionamento de estruturas sociais e é necessária sua crítica. A tendência é, portanto, que o mau funcionamento seja comunicado, compartilhado e externalizado entre os indivíduos. Portanto, crítico do ponto de vista da crise e de sua crítica.

partida o pensamento de Foucault, o qual concebe o neoliberalismo para além das mudanças no sistema econômico, considerando-o um novo “princípio e método de racionalização do exercício do governo” (FOUCAULT, 2008, p. 142), entre outras perspectivas que buscam compreender o neoliberalismo de baixo para cima (por exemplo, GAGO, 2016).

Para este trabalho, frisamos que o neoliberalismo trata de externalizar a racionalidade econômica liberal para todas as outras esferas do mundo social, isto é, a lógica do mercado abrange as demais esferas sociais e requer do Estado os requisitos necessários para tal; uma espécie de agente facilitador da ordem econômica que deve reger a ordem social. Nesse sentido, Dardot e Laval (2016a) afirmam que

É preciso, então, supor que a racionalidade neoliberal se caracteriza precisamente pela expansão e fortalecimento da “lógica de mercado” fora da esfera mercantil. Ora, isto quer dizer que o neoliberalismo deve ser caracterizado pela transformação da competição em forma geral das atividades de produção, especialmente daquelas que produzem serviços não mercantis e até mesmo daquelas atividades sociais fora da esfera produtiva (DARDOT; LAVAL, 2016a, p. 2).

Tais práticas governamentais neoliberais concretizam uma nova racionalidade, que internaliza as condutas de concepção neoliberal em processos de subjetivação (DARDOT; LAVAL, 2016a, p. 2) que passam a configurar a realidade.

Cabe destacar que, como forma de propagação do pensamento neoliberal, têm-se os *think tanks*, que, de acordo com Gros (2008), são institutos que se desenvolveram via “redes de articulação entre intelectuais, acadêmicos e suas publicações, empresas jornalísticas, organizações empresariais e um novo tipo de institutos privados de pesquisa sobre políticas públicas” (GROS, 2008, p. 3). Alguns trabalhos acadêmicos que se desenvolveram ao longo das décadas de 1990 e 2000 como Gros (2008), Dickel (2010), Cadoná (2012) e Bolzan (2010) demonstram a peculiar relação da racionalidade neoliberal no RS, em especial, por meio dos *think tanks* e da prevalência do mercado sobre a esfera pública em assuntos de política econômica⁸. Assim, o Rio Grande do Sul é marcado como berço de vários institutos liberais/neoliberais do país.

Mais especificamente em relação às ligações entre neoliberalismo e pandemia, vimos que, no Brasil, sem um protocolo universal em âmbito federal, restou aos estados e municípios administrarem a seu modo a crise sanitária. De acordo com Lazzarato (2020), a saúde no

⁸ Este artigo não visa tratar dos *think tanks* para compreender tal dinâmica – para isso, ver a dissertação Soler (2022).

sistema capitalista, especialmente no capitalismo periférico, funciona de forma *just in time*, com zero camas desocupadas sem necessidade de armazenamento, de estoque, de preparação para o salvamento de vidas. O cálculo econômico da saúde é baseado no mínimo custo e não no mínimo impacto para com as vidas humanas; dessa forma, a saúde pública é uma fonte de biopolítica⁹ do Estado (FOUCAULT, 2001), um processo de acumulação de capital fundado na exploração do sofrimento humano (MBEMBE, 2018; SANTOS *et al.*, 2020; ARAÚJO, 2020). Essa relação entre o modo de pensar empresarial e sua ampliação como racionalidade hegemônica é fruto da mentalidade neoliberal, que parece ter vigorado na gestão da pandemia, no caso, do Rio Grande do Sul.

Para isso, analisamos o conteúdo das *lives* do governador publicadas na página oficial do *Facebook/Youtube* do governo do estado do Rio Grande do Sul focadas no combate à pandemia¹⁰, as quais mostraram-se uma fonte analítica importante, ao as considerarmos capitais informacionais estatais, que, de acordo com Bourdieu (1993), são um meio de poder que forma estruturas e construções intelectuais, capazes de moldar, transformar ou manter ordens sociais; assim, tal capital funciona como forma meramente informacional para com os cidadãos, mas também como modulação das narrativas sobre a pandemia como processo de legitimação da gestão do governo em análise. Tal conceito de capital informacional estatal recorre sobre a própria definição de Estado de Bourdieu (2014, p. 33), na qual o Estado seria “um princípio de produção, de representação legítima do mundo social”, e além disso

O Estado pode ser definido como um princípio de ortodoxia, isto é, um princípio oculto que só pode ser captado nas manifestações da ordem pública, entendida ao mesmo tempo como ordem física e como o inverso da desordem, da anarquia, da guerra civil, por exemplo. Um princípio oculto perceptível nas manifestações da ordem pública, entendida simultaneamente no sentido físico e no sentido simbólico [...] diria que Estado é o nome que damos aos princípios ocultos, invisíveis - para designar uma espécie de *deus absconditus* - da ordem social, e ao mesmo tempo da dominação tanto física como simbólica assim como da violência física e simbólica (BOURDIEU, 2014, p. 30-34).

⁹ “Biopolítica: “Eu entendia por isso a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças...” (FOUCAULT, 2008, p. 431).

¹⁰ Utilizamos o método de análise de conteúdo (BARDIN, 1997) nas *lives* do Governador EL visando a sua interpretação e categorização. Para isso, fizemos uma triagem dos vídeos da página do Governador EL, conforme os 04 momentos críticos, formulados como tipos ideais (WEBER, 2004): Chegada da pandemia no Estado (março, 2020); Começo da política de bandeiras (maio, 2020); Final de ano 2020 e preparação para as festas (dezembro, 2020) e o ápice da pandemia no RS (março, 2021). Efetuamos primeiramente uma análise temática, sendo que, para ser possível a efetivação dela, foram estipuladas três etapas: “a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos” (MENDES, 2018, p. 12). Dessa forma, as *lives* analisadas aqui foram: 1ª *live* – 1º MC - 16/03/2020; 2ª *live* - 1º MC - 03/04/2020; 3ª *live* – 2º MC - 09/05/2020; 4ª *live* – 3º MC - 08/12/2020; 5ª *live* - 4º MC - 22/02/2021; e, 6ª *live* – 4º MC - 05/03/2021. Para a descrição da metodologia completa, ver Soler (2022) que deu origem a este artigo.

Desse modo, compreendemos que as *lives* representam parte importante da tentativa de dominação simbólica do Estado, isto é, uma forma de dominar a “representação legítima” da ordem social frente à pandemia.

Aliadas a tal pressuposto teórico, as *lives* também revelam a gramática moral (BOLTANSKI; THEVÉNOT, 1998) mobilizada na referida gestão. Nesse sentido, foi possível verificar a existência de quatro momentos críticos, que envolveram os significados e os sentidos de justiça – isto é, repertórios morais que representam a gramática moral da gestão do governo EL durante a pandemia de COVID-19.

Assim, pautamos a construção da gramática moral e dos momentos críticos pela sociologia pragmática francesa. De tal modo, a gramática moral (BOLTANSKI; THEVÉNOT, 1998) denota a capacidade cognitiva e os mecanismos de ação e justificação compartilhados pelos atores na produção de significados e sentidos de justiça na condução da gestão da crise sanitária. Isto é, tal gramática revelada pelo capital informacional das *lives* permitiu aos atores coordenarem suas ações e justificativas, delineando os repertórios que constituem a gramática moral que fundamenta o sentido de justiça da referida gestão pautado pelos mecanismos de “dominação gestonária” (BOLTANSKI, 2013). Portanto, conforme constatamos, a gramática moral aqui corresponde aos repertórios dos quatro momentos críticos que exemplificam a ordem de grandeza da *cit * por projetos que caracterizam o mundo conexcionista (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), que revelam a capacidade dos atores de coordenar e justificar as suas ações em um momento de crise, que ofuscam as gramáticas cívica e de bem comum (BOLTANSKI; THEVÉNOT, 1998) como referencial normativo na condução da gestão pública da crise pandêmica.

Para nossa investigação, portanto, o período de análise foi dividido em quatro momentos críticos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999) referentes à pandemia no estado do RS, sendo eles: I) A chegada do vírus (03/2020); II) A implementação da política de bandeiras (05/2020); III) A preparação para as festas de fim de ano de 2020; e IV) O período em que o estado esteve com diversos municípios em bandeira preta (03/2021). Consideramos tais momentos críticos, conforme Boltanski e Thévenot (1999, p. 359), aqueles momentos que “fazem referência, ao mesmo tempo, à atividade crítica das pessoas e à raridade de um momento de crise”. Esses momentos de crise são momentos de ruptura, de percepção de situações em momentos extraordinários, ou melhor, conjunturas econômicas, políticas e sociais. Assim, pretendemos analisar a possível influência da agenda neoliberal na gestão EL de combate à pandemia da Covid-19 a partir das *lives* do governo do estado do Rio Grande do Sul (capital informacional).

As evidências desta pesquisa apontam que as *lives*, as quais compõem o corpo analítico, evidenciam a incorporação de princípios que buscaram enfatizar a eficiência (sem desperdício orçamentário para a saúde) e o foco na manutenção das atividades econômicas (política das bandeiras), que caracterizam mecanismos de “dominação gestonária” (BOLTANSKI, 2013) na tentativa de conter a crise sanitária, bem como a falta/precariedade de políticas públicas para a população, que revelam como o bem comum é permeado por valores que moldam o ideário individualizante e empresarial.

De acordo com Boltanski (2013, p. 454)¹¹, esses momentos de crise “inocentam a classe dominante” e baseiam suas orientações em “especialistas”; estes, por sua vez, nos apresentam a realidade “como ela é”, sem haver possibilidade de mudança em um sentido que não aquele proposto pelos próprios gestores. Em vista disso, constatamos que os significados e os sentidos dos repertórios que emergem da gramática moral da gestão EL foram marcados pela racionalidade neoliberal (GROS, 2008; DARDOT; LAVAL, 2016; ANDERSON, 1995).

O presente artigo está dividido em 04 capítulos, incluindo esta introdução. O capítulo dois realiza uma exposição cronológica dos momentos críticos pela análise das *lives* que compõem o corpus analítico da pesquisa. Em seguida, teremos o capítulo referente à despolitização presente no discurso neoliberal no que diz respeito à gestão da pandemia, e, por fim, breves considerações finais.

TE CUIDA RS¹² - momentos críticos e seus repertórios

Primeiro momento crítico

Não há uma expectativa de que se contenha, de não termos o vírus sendo disseminado; a questão é **disseminar** este contágio no **limite da capacidade da nossa infraestrutura de saúde**, para atender aqueles casos mais graves (LEITE, 2020a, grifo nosso).

O excerto acima é referente à fala do Governador EL que caracteriza o primeiro momento crítico. Tal fala é referente à *live* do dia 16/03/2020, na semana do primeiro caso confirmado de Covid-19 no RS. A *live* contava com a presença do Governador EL, assim como grande parte dos secretários do governo. Logo no terceiro minuto do vídeo, o governador afirma

¹¹ Boltanski (2013, p. 454) afirma que: “um regime de dominação gestonária, baseado na valorização e na exploração da mudança, os momentos de *pânico*, de *desorganização*, de *desamparo moral*, de *salve-se quem puder*, ou seja, também de individualismo frenético, desempenham um papel importante” (BOLTANSKI, 2013).

¹² “Te cuida RS” foi o nome do programa do governo do estado do RS destinado à conscientização sobre o coronavírus.

que “não há motivo para pânico”; isto é, a narrativa de controle do caos, associada aos grifos no excerto acima, aponta que, desde o princípio da pandemia no RS, o governo estadual agiu de forma semelhante à descrita por Lazzarato (2020) no modelo *just in time*, ou seja, um sistema de saúde que funcione com “zero camas desocupadas”. Portanto, ele justifica que o pânico não é necessário porque os casos graves não vão exceder o número de camas.

Adentrando ao final dessa *live*, EL afirma novamente: “neste período, vamos manter hábitos que permitam não haver **disseminação do vírus além da capacidade do nosso sistema de saúde**” (EDUARDO LEITE, 2020a, grifo nosso). Assim, o governador recomenda à população que mantenha os ambientes ventilados, bem como que evite aglomerações, e, em caso de sintomas, aconselha que todos fiquem em casa. Nesse período não houve propostas de políticas públicas e sociais efetivas, ou seja, políticas de bem comum advindas de uma gramática cívica (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Reconstituindo a gestão de EL pelas *lives* que formam o corpo analítico desta pesquisa, vale destacar que no dia 03/04/2020 o governador começa com o informe de que houve 365 casos confirmados no RS e 05 mortes pelo coronavírus. A situação se agrava em comparação à conjuntura da *live* anterior; assim, são anunciados o aumento e a implementação de diversos leitos em diferentes cidades, tendo em vista a necessidade de ampliação da capacidade hospitalar, principalmente na região metropolitana de Porto Alegre e norte/nordeste do RS. Ao mesmo tempo, EL mostra-se sensível à economia e aos pequenos empresários (por exemplo, na referida *live*, o governador afirma aos incluídos na modalidade Simples¹³ que a cota para pagamento referente aos impostos nacionais será prorrogada nos próximos três meses).

Após, EL expõe que irá conversar com a então secretária de planejamento do RS, Leany Lemos, e com o reitor à época da Universidade Federal de Pelotas (UFPe) e epidemiologista Pedro Hallal¹⁴, o qual apresentou a pesquisa Epicovid-RS, um estudo epidemiológico inédito sobre a pandemia de Covid-19 no país. Assim, EL busca mostrar à população que sua gestão está preocupada com a economia, bem como é amparada em princípios científicos e pautada pela eficiência ao garantir a abertura de leitos conforme demanda (aumento de casos graves), conferindo justificativa e legitimidade às suas ações e inações.

¹³ Sistema de tributação nacional para micro e médias empresas.

¹⁴ Professor Universitário, ex-reitor da UFPe, educador físico e epidemiologista. Foi e é destaque nas pesquisas envolvendo a Covid-19 no Brasil, tendo, inclusive, participado da CPI da pandemia, realizada pelo Senado Federal em busca de possíveis escândalos de corrupção, omissão e inadiplência da máquina pública no enfrentamento da pandemia. Hallal foi convidado para relatar, enquanto epidemiologista, a sua visão acerca da pandemia no Brasil.

Momento crítico 2

Seguimos para a *live* em que EL lançou o programa do distanciamento controlado, no dia 09/05/2020, marcando o início do segundo momento crítico. Nessa *live*, esteve presente grande parte da equipe técnica do governo do estado, incluindo, novamente, a secretária de planejamento Leany Lemos, a secretária de saúde Arita Bergman, o procurador geral do estado Eduardo Costa, e Pedro Tonon Zuanazzi, diretor do Departamento de Economia e Estatística (DEE), órgão que foi criado a partir da extinção da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Nesse momento, fomos apresentados ao modelo de distanciamento controlado que seria adotado no RS, o qual utilizava a lógica das bandeiras (amarela, laranja, vermelha e preta)¹⁵ para a diferenciação de regiões e conseqüentemente suas políticas de enfrentamento da pandemia, visando à necessidade de conter o avanço da pandemia sem desperdício orçamentário estadual, bem como evitando a paralisação (total) das atividades econômicas. Ou seja, conforme o *site* do estado: “educação, comércio, serviços, indústria, transportes e agricultura, entre outros, terão restrições proporcionais ao **nível de segurança do contágio da Covid-19 e o respectivo impacto econômico**” (RIO GRANDE DO SUL, 2020a, grifo nosso).

Isto é, notamos que os repertórios da gramática moral buscavam caracterizar uma gestão controlada da pandemia que permitia, via regionalização, o funcionamento das atividades econômicas, de acordo com a intensidade de propagação do vírus. Desse modo, o modelo controlado por bandeiras foi justificado em relação à preocupação com uma crise econômica: “[...] A gente vai ficar com tudo fechado em todo lugar o tempo todo? Não dá, não é possível, a gente tem que ter um modelo mais racional” (LEITE, 2020b). Isto significa, um modelo *just in time* de gestão, no qual, em caso de alta disseminação e aumento de ocupação dos leitos, busca-se atender a demanda populacional, reduzindo desperdício orçamentário (com a saúde), mas garantindo o bom funcionamento da economia.

Exemplificando a construção de tal momento, EL, nessa *live*, informa que esteve com empresas como a Brasil Foods S.A. (BRF)¹⁶ e a José Batista Sobrinho (JBS)¹⁷ para decidir maneiras de reabrir os frigoríficos – os quais foram fechados pois foram focos de disseminação

¹⁵ As bandeiras foram parte do modelo de distanciamento controlado gerado pelo governo do estado do RS. Suas cores representavam o risco da Covid-19 em determinadas regiões do estado. As bandeiras escureciam na medida em que o risco era mais alto, ou seja, amarela (risco baixo), laranja (risco médio), vermelha (risco alto) e preta (risco crítico) (RIO GRANDE DO SUL, 2020a).

¹⁶ BRF: um dos maiores complexos agroindustriais do mundo, oriundo da fusão da Perdigão com a Sadia (BRF, 2020).

¹⁷ JBS: multinacional brasileira de indústria de alimentos (JBS, 2021). Em maio de 2022, tornou-se a maior companhia de alimentos do mundo, desbancando a Nestlé.

–, já que não havia meios eficazes de garantir que os trabalhadores fossem protegidos do vírus¹⁸. Prosseguindo, EL afirma que o fechamento destes envolveria o sacrifício de animais, devido à questão sanitária. Tal foco reforçou a preocupação com a continuidade das atividades econômicas de grandes conglomerados do RS; com isso, buscou-se reduzir o impacto do setor privado, reforçado pela justificativa de que não se podia correr o risco de perder empregos, apontando o papel do grande empresariado gaúcho na tomada de decisões referentes à gestão da pandemia. Nesse sentido, as alianças entre o poder público e o empresariado marcaram o direcionamento político na promoção do bem comum, como veremos no próximo capítulo.

Nesse momento, EL e sua equipe ratificaram a necessidade do controle das mortes, bem como do cuidado com as vidas para evitar o colapso do sistema de saúde estadual; entretanto, é interessante notar como o risco da exposição ao vírus foi sempre afirmado como necessário para evitar o aprofundamento da crise econômica. EL afirma em determinado momento da *live* que

não é uma opção aqui entre, libera tudo para ter a economia crescendo, porque se liberar tudo e perdermos o controle da situação e **houver um número grande de pessoas contaminadas e mortes, a pressão por fechar vai ser grande**; e aí vamos fechar sem ter perspectiva, perdendo o controle da situação, e isso é ruim pra todo mundo. Porque as vidas já vão ter sido perdidas e são irreversíveis, e de outro lado a economia também vai se perder (LEITE, 2020b, grifo nosso).

Cabe destacar que o próprio governador afirma que seria difícil garantir que a população utilizasse a máscara em locais públicos – uma política referendada no RS, após mais de um mês da recomendação oficial do Ministério da Saúde para seu uso (MARTINS, 2020); ao mesmo tempo, EL pede para que a própria população fiscalize a utilização das máscaras assim como já fiscaliza os “fumantes em locais públicos”¹⁹.

¹⁸ De acordo com notícia publicada pelo G1 RS (2020): “Conforme o MPT, a medida fica mantida até que a empresa comprove “atendimento rigoroso e integral das medidas fixadas pela Gerência Regional do Trabalho (GRT)”, nesse caso se referindo ao frigorífico JBS Passo Fundo Aves. “O local já ficou fechado, entre abril e maio, devido à disseminação do coronavírus na planta. Conforme o Ministério Público do Trabalho, 287 funcionários testaram positivo para doença”. Conforme o MPT, nessa época, um a cada quatro infectados no RS seria um trabalhador de frigoríficos (G1 RS, 2020). Também foram inúmeros os casos de surtos de Covid-19 em diversos frigoríficos do estado ao longo da pandemia. O MPT (2020a; 2020b), chegou a considerar 30% dos casos do RS oriundos dos frigoríficos. Como afirmado pelo desembargador do caso em junho: “[...] a JBS Aves Ltda. está atuando livremente na escolha das medidas que entende cabíveis para prevenir e combater o novo Coronavírus, expondo seus empregados a condições de trabalho inadequadas [...]” (MPT, 2020a).

¹⁹ O Governo Federal tem programas e atuações pesadas contra o tabagismo desde 1989, nos quais se incluem fatores que ajudam a diminuir o consumo do tabaco em locais públicos, como: “Redução da aceitação social do tabagismo; Redução dos estímulos para a iniciação; Redução do acesso aos produtos derivados do tabaco; Proteção contra os riscos do tabagismo passivo; Redução das barreiras sociais que dificultam a cessação de fumar; [...]” (CAVALCANTE, 2005). Tal processo levou anos de reeducação por meio de diversos meios, o que não funcionou apenas com um pedido à população sem meios materiais para se educar e se proteger.

Nesse ponto, vale ressaltar que a política das bandeiras adotadas foi construída a partir de diferentes motivações. Aparentemente, foi efetuada uma tentativa de mitigar o contágio com as menores “perdas”²⁰ econômicas possíveis, de acordo com Pedro Hallal, o qual já afirmava que “foi crítico do modelo desde o primeiro momento” (RUSCHEL, 2021).

Vale destacar que Pedro Tonon Zuanazzi, diretor do DEE, estava presente nesse momento, dando suporte técnico em relação às questões econômicas referentes aos planos de ação do governo do estado. O diretor teve pouca participação na coletiva e fez comentários pontuais relacionados principalmente à logística e à dinâmica das bandeiras, comentando questões referentes à quantidade de leitos disponíveis e óbitos em algumas cidades do RS.

Assim, nota-se a importância do conhecimento “técnico”, “científico” e “racional” nos repertórios de EL. Entretanto, tal gramática moral ofusca a falta de planejamento no sentido de suprir demandas sociais, tais como a fome, a necessidade da compra de insumos e de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para suprir os aumentos de leitos ocupados (mesmo que por demanda). Dessa forma, prevaleceu a lógica focada na liberação econômica, mediada pelo cálculo na saúde, colocando a atuação individual da população como garantidora do bem comum (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), pautado por significados que enfatizam a confiança na iniciativa individual e privada do que na ação do Estado. O segundo momento crítico se encerra com 407 mil casos confirmados (CORONAVÍRUS – RS, 2022) e 7.235 óbitos (CSSEGISANDDATA, 2022) no RS.

Momento crítico 3

A *live* do dia 08/12/2020, que marca o terceiro momento crítico, começou com o anúncio da reunião entre o fórum dos governadores do Brasil com o então Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. EL, acompanhado da secretária de saúde Arita Bergmann, não mede palavras para elogiar a parceria com o governo federal no combate à pandemia:

é importante deixar claro aqui antes de mais nada, eu fiz esse registro na reunião e faço novamente aqui publicamente: não faltou nenhum apoio por parte do Ministério da Saúde para o governo do estado do Rio Grande do Sul, como também para os outros estados. [...] Posicionamentos políticos diferentes, ideologias e ideias e entendimentos diferentes sobre o distanciamento, nós não vamos aqui polemizar, mas, do ponto de vista de

²⁰ “Perdas”, entre aspas, porque a noção de perda econômica aplicada pela gestão EL constantemente se referia à lógica econômica apenas como uma máquina que não poderia parar; se parasse, haveria perdas significativas, ou seja, não eram cogitadas diferentes formas econômicas de atuação estatal que pudessem mitigar possíveis perdas, realocar formas de produção, proteger os trabalhadores com efetividade ou garantir um amparo estatal de maior magnitude (SOLER, 2022).

suporte técnico, de suporte de recurso e de suporte em materiais e equipamentos, a parceria com Ministério da Saúde tem sido efetiva e tem sido de bastante resultado em apoio ao estado, aos estados e também aos municípios (LEITE, 2020c).

Em seguida, EL lamenta a politização do tema da vacinação e afirma que se trata de uma situação que deve ser analisada pelo ponto de vista “técnico e não político”. Aqui, podemos perceber as características da racionalidade neoliberal referida por Brown (2020), como uma tentativa de despolitização da própria política, o que a autora chama de afirmações “pós-ideológicas” (grifo nosso), ou seja, uma etapa da tecnocracia²¹ de destituição de qualquer outra ordem moral e política que não aquela estabelecida como técnica, neutra e pura da racionalidade neoliberal. Uma ordem que, via de regra, também é avessa ao Estado democrático e ao bem comum, uma vez que é originada e orientada no sentido individualizante, despolitizante e disciplinado pelo mercado, segundo Brown (2020).

Ao final da *live*, o governador, mais uma vez, intensifica a necessidade de a população se proteger e chama atenção para o programa “Te cuida”. EL reafirma que os hospitais do RS mais que dobraram a capacidade das UTIs do SUS, porém afirma que elas estão com ocupação de 80%, e, na rede privada, quase 100%, assim sendo, o sistema estava quase colapsando. Assim, seguiu-se a mesma estratégia de combate à pandemia, reforçando o “pedido” à população para que se responsabilize pelos cuidados e pelo controle da disseminação do vírus.

“Te cuida”, conforme a dominação gestonária (BOLTANSKI, 2013), remete ao combate da crise como uma situação intangível, reforçando a ideia de que o governante pouco pode fazer em termos de bem comum. Na realidade, o governador recorrentemente pede a contribuição da população para se cuidar, em especial com a chegada das festas de fim de ano, conforme:

o governo do estado está empreendendo uma série de medidas, em todas as áreas, para a segurança dos veranistas. Precisamos que vocês comprem essa ideia e adotem os cuidados necessários para evitarmos a proliferação do vírus e para que passemos por esse veraneio com o mínimo de intercorrências: usem máscara, lavem as mãos, mantenham o distanciamento físico (RIO GRANDE DO SUL, 2020b).

Nesse sentido, a gramática moral aponta o emprego de estratégias políticas de sensibilização dos atores/cidadãos no nível individual a respeito da crise sanitária e econômica. Aqui, vale enfatizar que não estamos eximindo a população da responsabilidade por sua

²¹ Na própria fala de EL que estamos debatendo no referido parágrafo, o governador afirma que devemos prezar pela “técnica e não pela política”.

conduta, mas buscando dar atenção para a relação entre responsabilidade da conduta individual e, de certa forma, o ofuscamento da questão pública (gramática cívica) e/ou da inação do governo estadual. Esse momento crítico termina em 21/02/2021²², totalizando 11.771 óbitos (CSSEGISANDDATA, 2022) e 677.156 casos confirmados (SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2022) no RS.

Momento crítico 4

Marcando o quarto momento crítico, a *live* do dia 22/02/2021 registrou o ápice da pandemia no RS. EL afirma a seriedade do momento, reforçando que o sistema de saúde está à beira do colapso. A taxa de ocupação das UTIs no estado era de 86%, o maior nível desde o começo da pandemia, e a curva seguia em crescimento, como afirmado pela secretária de saúde Arita Bergmann:

é muito importante que a população compreenda que não se trata aqui de o governo sozinho resolver a questão da pandemia, porque tudo que está ao alcance do governo está sendo feito em termos de estruturação da saúde, mas é absolutamente insuficiente a sua estruturação se não houver colaboração por parte de todos para que o vírus circule menos e até que haja a imunização em grande escala da população [...] (LEITE, 2021a).

O governador afirma que participou de uma reunião com as prefeituras do RS, e que foi questionado sobre a possibilidade de voltar ao modelo do distanciamento controlado²³ ordenado pelo estado, já que o distanciamento controlado havia passado por mudanças que permitiam maior autonomia das prefeituras, não sendo necessário seguir a normativa do estadual. Apesar da situação de calamidade, EL afirma que é governador, mas que é necessário que se leve em consideração as escolhas da população nos municípios, e que é importante o engajamento dos prefeitos. Desse modo, a maioria das prefeituras optou por manter a cogestão, ou seja, optou pela decisão municipal/local na definição dos protocolos; assim, a decisão do governo do estado

²² Os dados de casos são de 20/02/2021, pois o dia 21/02/2021 não está disponível na plataforma utilizada.

²³ O programa de bandeiras havia começado de maneira em que as bandeiras delimitadas pelo governo estadual correspondiam a obrigações envolvendo questões sanitárias determinadas por decreto, as quais deveriam ser cumpridas pelos municípios. Com o passar da pandemia, o governo estadual acatou a demanda das prefeituras e tornou a classificação de bandeiras apenas uma sugestão aos municípios, que já vinham apelando contra o decreto na justiça. O que era obrigação se tornou negociação, e, posteriormente, sugestão. Esse momento de sugestão foi chamado de “cogestão”. Por isso, na *live* do dia 22/02/2021, EL sugere que a delimitação das regras por via das bandeiras estipuladas pelo governo do estado deveria voltar. Entretanto, ele apenas sugere tal mudança, mesmo à beira do colapso do sistema de saúde estatal. Hallal *et al.* (2021, p. 1548, tradução nossa) coloca “A pressão dos empresários e do governo federal para reabrir a economia; [...] O governo passou a liberar a apelação das cidades contra as cores determinadas pelo modelo para a sua região como alguns dos motivos para os pontos positivos do combate à pandemia no começo da crise terem sido perdidos no decorrer do ano de 2020”.

ficou mais uma vez no “apelo” às prefeituras para que adotem as medidas necessárias.

Nesse momento, a situação já era de colapso, mas, segundo a secretária de saúde: “Não pode perder a esperança, o cidadão também é o fiscal”. EL também ratifica esse comentário: “Bastante importante aqui a manifestação da Arita, ela traz um tanto do que nós temos observado do relato dos hospitais, relatos de situação dramática, relatos de situação **de caos iminente, de colapso iminente**” (LEITE, 2021a, grifo nosso).

A *live* de 05/03/2021 foi feita no contexto em que se veiculavam informações sobre filas de espera de 25 pessoas para cada leito de UTI, isto é, o auge da pandemia, o período mais crítico no estado. O modelo *just in time* chegou ao colapso e as atividades econômicas seguiram, de certa forma, sua normalidade adequada à cogestão das regiões e de suas prefeituras sem o devido suporte e determinação de políticas mais efetivas de controle por parte do Estado. Apesar de EL afirmar que

até dia quatorze de fevereiro, 0.72 livre para cada leito ocupado. Eram no dia quatorze de fevereiro 628 leitos livres no estado, ou seja, não podíamos entender que oferecesse ali um risco maior como se observou agora e que tem essa situação de leitos esgotados (LEITE, 2021b).

Devemos salientar que dia 21/02/2021 foi o pico da pandemia no RS, até então, tanto no que diz respeito ao crescimento do número de leitos utilizados diariamente (novas pessoas sendo internadas) quanto do número de leitos totais utilizados (todas as pessoas internadas) (LEITE, 2021b). No entanto, na *live* realizada no dia posterior (22), o governador não faz referência explícita a tal situação, ou seja, não ocorreram alardes sobre o pior momento da pandemia, chegando, assim, ao colapso iminente.

Por fim, o governador reafirma que os leitos de UTI foram duplicados desde o começo da pandemia, mas não havia como aumentar o número das UTIs de acordo com a velocidade da curva da pandemia. EL afirma que o recurso advindo do Governo Federal é muito menor do que o afirmado pelo então presidente Jair Bolsonaro, e diz: “Nenhum país do mundo resolveu o coronavírus apenas ampliando a estrutura hospitalar porque ela é absolutamente limitada [...] a expansão que se fez aqui, e se trabalha para continuar fazendo não sustenta o nível de crescimento” (LEITE, 2021b). A *live* termina em um tom melancólico e com um pedido de que a população “não se aglomere”. Para que fique em casa – “Te cuida RS”. EL ainda afirma que os números de mortes/internações crescerão nos próximos dias.

Desse modo, percebe-se que, durante um ano da pandemia no país no âmbito federal e, no caso do RS, no auge da crise (com a vacinação já em andamento, mas a passos lentos), a

gramática moral seguia – “Te cuida” –, caracterizando a crise como fator externo sobre o qual pouco pode ser feito pelo poder público, restando à população (desassistida) o controle das crises sanitária e econômica – marcando uma gestão despolitizada, mas justificada como eficiente, sem desperdícios de recursos públicos, conduzida pela lógica *just in time*, racionalizada (política de bandeiras e cogestão), utilizando políticas assistencialistas e emergenciais de curto prazo e baixa capilaridade.

Assim, o ápice da pandemia é o estágio final dos quatro momentos críticos da análise, contabilizando 27.286 óbitos (CSSEGISANDDATA, 2022) e 1.163.314 casos no RS (SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2022).

Gramática moral: a crise como despolitização da pandemia

A proposta da seleção das *lives* que caracterizam os momentos críticos deste estudo nos remonta a Weber (2004), sendo o “tipo ideal” de recurso metodológico de análise para apresentar a gestão do governo do RS, permitindo definir um corpus analítico para compreender a gramática moral que compôs os repertórios da pandemia. Assim, as *lives* reduzidas a momentos críticos revelaram o capital informacional (cf. BOURDIEU, 1993) do Estado, reproduzindo, multiplicando, modificando e produzindo racionalidades.

A gramática moral da gestão EL revelou a lógica do modelo *just in time* na condução da pandemia, quando se refere à saúde: tem-se a garantia dos leitos por demanda, ou seja, determina-se a capacidade hospitalar a partir da demanda de entrada de novos infectados. Desta forma é calculada de uma maneira efetiva – “gastar” apenas o necessário, calculando, portanto, uma certa quantidade “aceitável” ou “prevista” de enfermos e até de mortes.

Tal formato de gestão passou, assim, a vigorar também na política de distanciamento controlada pelas bandeiras, a qual caracteriza o segundo momento crítico. Nesse período, ficou visível a importância das posições da elite econômica, isto é, do empresariado gaúcho no que se refere à proposta de políticas de condução da gestão da crise sanitária. Vale ressaltar que a política das bandeiras acabou por funcionar de modo regionalizado, o qual “jogou” a responsabilidade e o controle para as prefeituras – modelo que foi criticado pelo epidemiologista Pedro Hallal. Tal modelo considerou o cálculo econômico como norma para as (in)ações do Estado.

A gramática moral, portanto, revela que o Estado geriu a pandemia calculando mortos/infectados, avaliando a circulação do vírus ao considerar as necessidades econômicas

de cada região e tendo um debate unilateral apenas com as partes as quais o Estado considerava “técnicas” e neutras politicamente.

Mais especificamente o momento crítico três, marcado pela promoção do programa “Te cuida”, que passa a responsabilizar²⁴ explicitamente os indivíduos, prezou pelo diálogo com a iniciativa privada. Assim, restou aos próprios cidadãos “se cuidarem” num momento de amplo risco e contágio, como foram as festas de fim de ano, que culminaram no ápice da pandemia no estado.

Assim, o momento crítico IV consolidou e demonstrou o resultado do que consideramos gestão neoliberal da pandemia – quando o sistema de saúde estava colapsando, não foram tomadas medidas intensivas para combatê-la. De alguma forma, a gestão da crise teve como apelo a responsabilização individual dos gaúchos, garantindo, assim, as festividades de fim de ano e, conseqüentemente, o colapso do sistema de saúde no primeiro trimestre de 2021.

Tais apontamentos sugerem fortemente uma relação com o neoliberalismo, conforme exposto por Dardot e Laval (2016a; 2016b) e Foucault (2001; 2008), já que a gestão estadual buscou equacionar o custo da pandemia, calculando a saúde para não interferir no bom funcionamento da economia. Foi possível notar que a gramática moral teve como base o debate científico; entretanto, apesar do governador referenciar a ciência repetidas vezes no material analisado, houve a emergência de decisões políticas em detrimento da epidemiologia, como podemos supor a partir das falas de Pedro Hallal ao Zero Hora (RUSCHEL, 2021) ou em seu próprio artigo referente aos dados da EPICOVID-RS (HALLAL *et al.*, 2021).

No caso de nossa pesquisa, concluímos que os repertórios que constituíram a gramática moral reforçam que as decisões foram tomadas de maneira política e de forma a beneficiar a funcionalidade econômica de acordo com uma agenda neoliberal. A expressão “Te cuida” resume a gestão do governo do RS na pandemia, uma lógica que flerta com o “salve-se quem puder”, que exemplifica o que chamamos de regime de dominação gestonária (BOLTANSKI, 2013), já que os repertórios dos momentos críticos moldaram a crise como um fator externo, assim ajuizando as mazelas do contexto pandêmico como um processo de responsabilização do indivíduo.

A gramática moral, portanto, está pautada numa gestão despolitizada da pandemia, apelando para o técnico (BROWN, 2020), mas respaldado por repertórios explicitamente ancorados no discurso da gestão eficiente, ou seja, sem desperdícios de recursos públicos,

²⁴ Utilizo “responsabilizou” não no sentido de culpa, mas no de repassar uma responsabilidade que deveria emanar do poder público.

conduzida pela lógica *just in time* (leitos/bandeiras/economia), pela racionalização (política de bandeiras, cogestão), bem como pela boa intenção do setor empresarial, que propagou o temor de uma crise econômica ser mais grave do que a sanitária.

Como nos adverte Brown (2020), as desigualdades oriundas do modelo econômico e social atuais são inerentes à humanidade. Não há alternativa, do inglês *There's No Alternative (TINA)*, é utilizado pela mesma autora como um reflexo da racionalidade por trás do neoliberalismo – não há nada que possa ser feito para mudar a situação atual, apenas “Te cuida”. Assim, a narrativa e (in)ação política da gestão EL, de acordo com a referida autora, não se propõe ao debate democrático, mas reforça a lógica de mercado como natural e sem muitas alternativas, legitimando o debate de que o Estado nada pode fazer, e que, se o fizer, poderá gerar uma crise econômica (desemprego, fechamento de empresas etc.) mais grave do que a crise sanitária. Assim, as políticas públicas e sociais, nesse período, foram assistencialistas e pontuais, deixando a população como sobrevivente de sua própria vida – “Te cuida”. Isso posto, tal gramática moral está em sintonia com a *citée* por projetos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) que ofuscaram as gramáticas de ordem cívica e de promoção do bem comum como ordem normativa da gestão pública.

Os momentos críticos deste estudo exemplificam a lógica de dominação gestionária (BOLTANSKI, 2013) que suporta a legitimidade da ausência do Estado na promoção da vida, na qual, no Brasil, podemos dizer que, sócio-historicamente, a responsabilização dos indivíduos por sua condição é recorrente, concretizando uma subjetividade que justifica e legitima a gestão neoliberal frente a uma gestão cívica da ordem de bem comum.

Breves considerações finais

Este artigo buscou apresentar a dominação gestionária marcada pela racionalidade neoliberal da gestão EL, mais especificamente no que diz respeito ao combate à pandemia e Covid-19. Logo, foi possível compreender a construção da gramática moral, especificada pelos momentos críticos que caracterizaram os significados e sentidos da referida gestão, marcados pela dominação gestionária (BOLTANSKI, 2013). O posicionamento do governo do RS foi analisado como capital informacional (cf. BOURDIEU, 1993), como uma ferramenta direta de biopoder, que atuou de forma calculista, respaldada pela justificativa do modelo *just in time*.

Assim, os momentos críticos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999) revelaram repertórios que resumiram as (in)ações e justificativas que caracterizaram posicionamentos e

decisões adotadas pelo governo do RS, apontando a gramática moral que conduziu a gestão EL durante a pandemia no estado do RS, culminando na incorporação de princípios que buscaram enfatizar a eficiência do cálculo econômico (sem desperdício orçamentário para a saúde), o foco na manutenção das atividades econômicas (política das bandeiras), que caracterizam mecanismos de “dominação gestonária” (BOLTANSKI, 2013) na tentativa de conter a crise sanitária, bem como a ausência de propostas de políticas públicas (bem comum), e reforço de políticas individualizantes de combate à pandemia – “Te cuida”.

Portanto, conforme constatamos, a gramática moral aqui corresponde à ordem de grandeza da *cité* por projetos, que caracteriza o mundo conexcionista (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), a qual, a partir dos quatro momentos críticos, revela a capacidade dos atores da referida gestão em justificar as suas ações em um momento de crise baseadas em grandezas que ofuscam a gramática cívica como referencial normativo na condução da gestão pública da crise sanitária.

Nesse sentido, tal gramática, marcada pela racionalidade neoliberal (GROS, 2008; DARDOT; LAVAL, 2016; ANDERSON, 1995) constituiu a ordem normativa que caracterizou a gestão do EL na pandemia, que deu significados e sentidos às medidas técnicas do governo, despolitizando, portanto, a pandemia (BROWN, 2020).

Face à falta de políticas públicas eficazes, seja no âmbito federal seja no estadual, a pandemia ainda deixa, no ano de 2022, um enorme número de vítimas, enfatizando que a maioria dos suscetíveis à exposição e à morte foram (e são) grupos de maior fragilidade social e econômica. Pouco se debateu como questão pública (bem comum) a respeito das consequências humanas, trabalhistas, psicológicas e de renda da população – nisso a ciência parecia não ser conclamada.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ARAÚJO, M. O que necropolítica tem a ver com a pandemia e com falas de Bolsonaro. **TAB Uol**, [S. l.], 03 abr. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/03/o-que-necropolitica-tem-a-ver-com-a-pandemia-e-com-falas-de-bolsonaro.htm?>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENATOUÏL, T. Critique et pragmatique en sociologie. Quelques principes de lecture. **Annales HSS**, [S. l.], v. 54, n. 2, p. 281-317, 1999.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. The Sociology of Critical Capacity. **European Journal of Social Theory**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 359-377, 1999.
- BOLTANSKI, L. Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. **Sociologia & Antropologia**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 441-463, 2013.
- BOLZAN, L. C. **Ajuste fiscal e o Sistema Único de Saúde na gestão estadual do Rio Grande do Sul: a política de saúde esvaziada pela ideologia neoliberal**. 2010. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães da Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2010.
- BOURDIEU, P. Esprits d'Etat. Genèse et structure du champ bureaucratique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, [S. l.], n. 96-97, p. 49-62, 1993.
- BOURDIEU, P. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BRF. Nossa História. **BRF Global**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.brf-global.com/sobre/a-brf/nossa-historia/>. Acesso em: 01 mar. 2022.
- BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- CADONÁ, M. A. **A inserção neoliberal: burguesia industrial e a inserção econômica do Rio Grande do Sul no processo de reestruturação do capitalismo durante os anos 1990**. 2009. 386 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- CAVALCANTE, T. M. O controle do tabagismo no Brasil: avanços e desafios. **Revista Psiquiátrica Clínica**, [S. l.], v. 32, n. 5, p. 283-300, 2005.

CSSEGISANDDATA/COVID-19. **GitHub**, 2022. Disponível em: <https://github.com/CSSEGISandData/COVID-19>. Acesso em: 01 mar. 2022.

DARDOT, P.; LAVAL, C. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. **Revista o Olho da História**, [S. l.], n. 22, p. 1-15, 2016a.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Uma nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016b.

DICKEL, M. E. G. **O papel do terceiro setor nas políticas ambientais do estado neoliberal**: uma análise a partir do Corede centro do Rio Grande do Sul. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GAGO, V. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. Trad. Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2018.

GAGO, V. O neoliberalismo é, hoje, um paradoxo que dilui a fronteira entre em cima e embaixo, exploração e resistência. Entrevista com Verónica Gago. Entrevistadores: Amador Fernández-Savater, Marta Malo e Débora Ávila. **Máquina Crítica**, [S. l.], 21 jul. 2016. Disponível em: <https://maquinacritica.org/2016/07/21/o-neoliberalismo-e-hoje-um-paradoxo-que-dilui-a-fronteira-entre-em-cima-e-embaixo-exploracao-e-resistencia-entrevista-com-veronica-gago/>. Acesso em: 07 nov. 2022.

GROS, D. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. **Ensaio FEE**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 565-590, 2008.

G1 RS. Tribunal Regional do Trabalho interdita novamente JBS de Passo Fundo. **G1**, [S. l.], 25 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/06/25/tribunal-regional-do-trabalho-interdita-novamente-jbs-de-passo-fundo.ghtml>. Acesso em: 07 nov. 2022.

HALLAL, P. C. *et al.* Slow Spread of SARS-CoV-2 in Southern Brazil Over a 6-Month Period: Report on 8 Sequential Statewide Serological Surveys Including 35 611 Participants. **American Journal of Public Health**, [S. l.], v. 111, n. 8, p. 1542-1550, 2021.

JBS. Quem Somos. **A JBS**, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://jbs.com.br/sobre/jbs/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

LAZZARATO, M. A vida dos humanos sujeita à lógica contável que organiza a saúde pública. Entrevista com Maurizio Lazzarato. Entrevistador: Fernando Bogado. Tradução: CEPAT. **Página12**, Argentina, 12 abr. 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/598086-a-vida-dos-humanos-sujeita-a-logica-contavel-que-organiza-a-saude-publica-entrevista-com-maurizio-lazzarato>. Acesso em: 07 nov. 2022.

LEITE, E. **Governador Eduardo Leite faz pronunciamento sobre o Corona Vírus**. 2020a. 1 vídeo (15 minutos). Publicado pelo canal do Governo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tbRA5dfaczQ>. Acesso em: 05 mar. 2022.

LEITE, E. **Coletiva Coronavírus 09/05**. 2020b. 1 vídeo (1 hora e 54 minutos). Publicado pelo canal do Governo do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=318450345790075. Acesso em: 05 mar. 2022.

LEITE, E. **Plano para vacinação Covid-19 (08/12)**. 2020c. 1 vídeo (47 minutos). Publicado pelo canal do Governo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ONdpMlcxjnI>. Acesso em: 05 mar. 2022.

LEITE, E. **Live de atualizações coronavírus (22/02)**. 2021a. 1 vídeo (46 minutos). Publicado pelo canal do Governo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X5SxRpbhMxM>. Acesso em: 05 mar. 2022.

LEITE, E. **Coletiva governador Eduardo Leite (05/03)**. 2021b. 1 vídeo (60 minutos). Publicado pelo canal do Governo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hBhCJTbMmMk4>. Acesso em: 05 mar. 2022.

MARTINS, P. Ministério da Saúde recomenda o uso de máscaras caseiras. Veja as orientações. **Congresso em Foco**, Brasília, 04 abr. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/saude/ministerio-da-saude-recomenda-o-uso-de-mascaras-caseiras-veja-as-orientacoes/>. Acesso em: 07 jan. 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENDES, D. C. B. Considerações elementares da metodologia de análise de conteúdo em pesquisa qualitativa no âmbito das ciências sociais. **Faculdade Sant'Ana em Revista**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 4-15, 2018.

MPT. Coronavírus: Liminar obtida pelo MPT obriga frigorífico JBS Aves (Passo Fundo) ao cumprimento integral de medidas de prevenção. **MPT-RS**, [S. l.], 10 jun. 2020a. Disponível em: <https://www.prt4.mpt.mp.br/procuradorias/ptm-passo-fundo/10834-coronavirus-liminar-obtida-pelo-mpt-obriga-frigorifico-jbs-aves-passo-fundo-ao-cumprimento-integral-de-medidas-de-prevencao>. Acesso em: 03 abr. 2023.

MPT. Coronavírus: 30% dos casos confirmados no RS são de trabalhadores de frigoríficos. **MPT-RS**, 01 jun. 2020b. Disponível em: <https://www.prt4.mpt.mp.br/procuradorias/prt-porto-alegre/10646-coronavirus-30-dos-casos-confirmados-no-rs-sao-de-trabalhadores-de-frigorificos>. Acesso em: 07 nov. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande Do Sul. **Bandeiras e protocolos**: entenda o modelo de distanciamento controlado. [Porto Alegre]: Executivo, 30 abr. 2020a. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/bandeiras-e-protocolos-entenda-o-modelo-de-distanciamento-controlado>. Acesso em: 07 nov. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande Do Sul. **Te Cuida RS no**

Verão: campanha reforça cuidados contra o coronavírus no veraneio. [Porto Alegre]: Comunicação, 2020b. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/te-cuida-rs-no-verao-campanha-reforca-cuidados-contra-o-coronavirus-no-veraneio>. Acesso em: 07 nov. 2022.

RUSCHEL, R. "Foi politizado e degradingolou", diz Hallal sobre modelo de bandeiras adotado no RS. **Gaúcha ZH**, [S. l.], 24 jun. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2021/06/foi-politizado-e-degradingolou-diz-hallal-sobre-modelo-de-bandeiras-adotado-no-rs-ckqbd28e7002c0180f02ff2nt.html>. Acesso em: 07 nov. 2021.

SANTOS, H. L. P. C. *et al.* Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 25, n. 0, sup. 2, p. 4211-4224, 2020.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Painel coronavírus RS. **SES/RS**, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://ti.saude.rs.gov.br/covid19/>. Acesso em: 07 nov. 2022.

SOLER, P. **Colapso iminente:** Uma análise da reprodução da racionalidade neoliberal no governo do RS frente a Covid-19. 2022. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. *In:* COHN, G. (org.). **Weber:** Sociologia. São Paulo: Ática, 2004. p. 79-127.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: PPGSociologia da Universidade Federal de Pelotas e a Capes.

Financiamento: Bolsa Capes.

Conflitos de interesse: Não.

Aprovação ética: Sim, o trabalho seguiu a ética em pesquisa, mas não passou por um comitê de ética específico.

Disponibilidade de dados e material: Sim, estão disponíveis pois são frutos da dissertação de mestrado do segundo autor, Pedro Schlee Soler, disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2022/05/Dissertacao-Final-Pedro-Soler-PPGS.pdf>.

Contribuições dos autores: O presente artigo é fruto da dissertação de mestrado do segundo autor Pedro Schlee Soler defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas no ano de 2022, o qual conduziu a pesquisa sob orientação da Profa. Elaine Leite, que supervisionou a pesquisa e realizou adaptação para o formato de artigo, que é fruto do projeto de pesquisa geral: “Ressignificando a economia: produção, consumo e mercados locais”, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

